



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

PLANO PLURIANUAL 2016-2019

VOLUME I

**MACAPÁ
2015**



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

AV. FAB, N.º 83 – CENTRO CÍVICO
CEP: 68900-073 – Macapá – AP

Fone: (96) 2101-4609

Site: www.seplan.ap.gov.br

© 2015, Secretaria de Estado do Planejamento

Amapá. Secretaria de Estado do Planejamento
Plano Plurianual 2016-2019. Macapá: SEPLAN, 2015

45p; 1 v.

1. Planejamento governamental. 2. Administração pública. 3. Programas
de Governo I. Título



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Antonio Waldez Góes da Silva
GOVERNADOR DO ESTADO

João Bosco Papaléo Paes
VICE-GOVERNADOR

Gabinete do Governador	Marcelo Ignácio Roza
Secretaria de Governo do Estado do Amapá	Renilda Nascimento da Costa
Secretaria de Estado das Relações Institucionais	Jorge Emanuel Amanajás Cardoso
Controladoria Geral do Estado do Amapá	Otni Miranda de Alencar
Corpo de Bombeiros Militar	Cel. Marcelo Magno Bispo Corrêa
Defensoria Pública do Estado do Amapá	Horácio Maurien Ferreira de Magalhães
Gabinete da Segurança Institucional	Maj. PM. Huelton Corrêa Medeiros
Polícia Civil do Estado do Amapá	Maria de Lourdes Souza e Silva
Polícia Militar	Cel. José Carlos Corrêa de Souza
Procuradoria Geral do Estado	Narson de Sá Galeno
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	Oswaldo Hélio Dantas Soares
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia	Robério Anselmo Aleixo Nobre
Secretaria de Estado da Educação	Conceição Corrêa Medeiros
Secretaria de Estado da Infraestrutura	André Rocha
Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades	Alcyr Figueira de Matos
Secretaria de Estado do Planejamento	Antônio Pinheiro Teles Júnior
Secretaria de Estado da Fazenda	Josenildo Santos Abrantes
Secretaria de Estado da Saúde	Renilda Nascimento da Costa
Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	Cel. RR. Gastão Valente Calandrini
Secretaria de Estado da Administração	Maria Goreth Silva e Souza
Secretaria de Estado da Comunicação	Gilberto Ubaiara Rodrigues
Secretaria de Estado da Cultura	Disney Furtado da Silva
Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá	Eliezir Viterbino da Silva
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Marcelo Pantoja Creão
Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social	Maria de Nazaré Farias do Nascimento
Secretaria de Estado do Transporte	Odival Monterrozo Leite
Secretaria de Estado do Desporto e Lazer	Edinoelson Pereira da Trindade
Secretaria de Estado do Turismo	Syntia Machado dos Santos



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Secretaria Extraordinária de Representação do Governo do Estado do Amapá em Brasília	Gilvan Pinheiro Borges
Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas	Eclêmilda Maciel Silva
Secretaria Extraordinária de Políticas para a Juventude	Rafael Cambraia Barbosa
Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres	Maria Silvanda Mendes Duarte
Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afro-Descendentes	Núbia Cristina S. de Souza
Amapá Previdência	Arnaldo Santos Filho
Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária	Otacílio Pereira Barbosa
Agência de Fomento do Amapá	Francisco de Assis Souza Costa
Agência de Pesca do Amapá	Guarabichaba Martins Ferreira
Centro de Gestão da Tecnologia da Informação	Lutiano Costa da Silva
Companhia de Água e Esgoto do Amapá	Patrícia de Cássia da Silva Brito
Companhia de Eletricidade do Amapá	Ângelo do Carmo
Companhia de Gás do Amapá	Odinmir Barriga Dias
Escola de Administração Pública	Cristiane Vilhena de Souza
Fundação da Criança e do Adolescente	Alba Nize Colares Caldas
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá	Mary de Fátima Guedes dos Santos
Instituto de Administração Penitenciária	Jeferson Dias Picanço
Instituto de Defesa do Consumidor	Vicente da Silva Cruz
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	José Maria Darmasso Lima
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	Wagner José Pinheiro Costa
Instituto de Hemoterapia e Hematologia do Amapá	Domingos Sávio de Souza Guerreiro
Instituto de Pesos e Medidas	José dos Santos Pereira Neto
Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá	Luis Henrique Costa
Instituto Estadual de Florestas	Marcos da Silva Tenório
Laboratório Central de Saúde Pública	José Jeová Freitas Marques
Polícia Técnico-Científica	Salatiel Guimarães
Rádio Difusora de Macapá	Roberto Coelho do Nascimento
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão	Alessandro de Carvalho Agra
Universidade do Estado do Amapá	Perseu da Silva Aparício
Departamento de Trânsito	Del. Inácio Monteiro Maciel
Junta Comercial do Amapá	Gilberto Laurindo



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Governo do Estado do Amapá

Antônio Pinheiro Teles Junior

Secretário de Estado do Planejamento

Secretário Adjunto de Gestão	Otávio Augusto Magalhães da Fonseca
Chefa de Gabinete	Paula Simone Jucá Carrera
Assessor de Desenvolvimento Institucional	Marileni Dias do Couto
Assessor Técnico Jurídico	Paulo César da Silva Gonçalves
Coordenadora de Planejamento	Oneide da Cruz Pinheiro
Coordenadora de Parceria e Captação de Recursos	Jacilene Nogueira
Coordenadora de Gestão Orçamentária	Antonia Nascimento da Silva
Coordenadora de Modernização da Gestão do Estado	Solaine Nazaré Leite Sussuarana
Coordenadora de Pesquisa e Estratégias Sócio-Econômicas e Fiscais	Regina Celis Martins Ferreira
Gerente do Núcleo Administrativo-Financeiro	Estevão Picanço Neto
Gerente de TI/SIPLAG	Sileno Silva dos Santos

Coordenadoria de Planejamento

Coordenadora de Planejamento	Oneide da Cruz Pinheiro
Gerente de Núcleo	Edmilson Clementivo da Silva
Gerente de Núcleo	Alberto Jorge de Oliveira
Gerente de Núcleo	Maria Conceição Laurinho dos Santos
Gerente de Núcleo	Manoel Álvaro Santos da Silva
Equipe Técnica	Nabil Colares Gammachi
	Delma do Carmo Camarão
	José Francisco Martins Lopes
	José Pedro da Silva Ramos
	Raimundo Otávio Trindade Ferreira
	Wellington Santos da Silva
	Herózilda da Silva Moreira
	Mayanna Dias
	Eli Silva Almeida
	Natály Costa de Almeida
	Regina Célia Carneiro



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

Governo do Estado do Amapá

Participação

Luana Picanço - SECOM

Carla Melo - SECOM

Celso Kato - SECOM

Maria da Graça Penafort - SECOM

Everton Gadelha - SECOM

Ane Gláucia - SECOM

Eliezir Viterbino – Agência Amapá

José Maria - SEPLAN

Mayanna Dias - SEPLAN

Natály C. Almeida - SEPLAN

Luzette Góes - SEAD

Astrid Cavalcante - SEAD

Nelcy Pereira - EAP

Amanda Miranda- EAP

Gilberto Chagas – SIMS

Armando Ferreira – SEPLAN



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Colaboradores Técnicos

Economista	Carlos José Gonçalves Neves
Economista	Nair Cristina de Souza Martel
Administradora	Nanete Linhares Martins
Agente Administrativo	Eunice Correa dos Santos
Estatística	Leila Silva Sacramento da Silva
Coordenadora de Captação de Recursos	Marilene Nascimento
Programador	Jakson de Sousa Saldanha



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

MENSAGEM N° 49/15-GEA

PODER EXECUTIVO

**Senhor Presidente:
Senhores Deputados:**

Em obediência ao que dispõe o § 1º, do Artigo 165, da Constituição Federal e o inciso I, §§ 1º e 2º, do Artigo 175 da Constituição do Estado do Amapá, submeto à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

O Plano Plurianual estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, de forma regionalizada. Apresenta, ainda, a programação para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

Este Plano Plurianual será o instrumento normatizador de médio prazo do planejamento da Administração pública. Será a referência dos programas governamentais do quadriênio, e orientador das proposições das diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais.

O Projeto de Lei que ora submeto a este legislativo resulta de um trabalho coletivo, refletindo expectativas de diferentes setores de nossa sociedade, e organiza programas e ações que visam atender o fortalecimento das políticas públicas em áreas de competência da Administração Pública Estadual.

O PPA 2016-2019 é norteado pelos compromissos firmados com a população amapaense quando apresentamos nossa candidatura ao Governo do Estado do Amapá. Como reafirmação de tais compromissos, e em retribuição à confiança que em nós foi depositada pelos amapaenses, temos a honra e o prazer de colocar à disposição de nossa sociedade este Projeto de Lei, que visa direcionar o Amapá ao seu tão almejado desenvolvimento.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

Panorama desta Gestão

A situação econômica, financeira, institucional e política do Estado brasileiro é preocupante. O nível de confiança da população está caindo acima da média mundial, e os indicadores econômicos acompanhados pelo Banco Central já sinalizaram que estamos vivendo uma das maiores crises que o Brasil já passou. Com isso, as incertezas tomam conta das instituições em quase todos os segmentos nacionais.

Com este cenário, nebuloso e de riscos, é importante que os gestores públicos revejam suas ações e tracem estratégias focadas em um plano coerente, objetivo e muito claro, onde desejam chegar na condução das políticas públicas. A retomada de fato do planejamento como um instrumento que conduz a gestão que têm objetivos, é o caminho mais certo para recuperação da economia e a solução da retomada ao desenvolvimento.

Os desafios dessa gestão em superar essa crise, consistem, em não apenas planejar, mas monitorar as ações que foram planejadas para medir de fato se os recursos disponíveis e esforços foram aplicados corretamente, atingindo a eficiência e eficácia da Gestão. Outra questão encontra-se em estabelecer um cenário favorável, unindo os agentes que constrói as políticas no Amapá. Trazer as instituições que pensam e executam as políticas no Amapá para mais perto do centro de decisões de Governo, neste caso estão os Poderes Constituídos, as Prefeituras Municipais, as instituições federais, estaduais e municipais, o setor privado, ou seja, o conjunto da sociedade em suas mais diversas representações.

Pensando assim, o PPA 2016-2019 é o resultado de um esforço que envolveu toda a sociedade amapaense em uma construção coletiva, voltada para o alcance da melhoria contínua dos serviços públicos, com vistas à criação de um ambiente de negócios gerador de empregos e do aumento da renda com a preservação de direitos e garantias ao cidadão. O PPA, aqui apresentado por nossa gestão tem princípios coerentes e equilibrados e conduz o planejamento das políticas públicas com transparência, responsabilidade e ética.

A metodologia de elaboração do PPA 2016-2019 foi diferenciada, na medida em que propiciou a construção de um modelo integrador e de participação de todos os interessados. Portanto, a partir de janeiro de 2015 deu - se início o planejamento interativo no Estado. Neste processo, cinco subprodutos



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

foram construídos pela Secretaria de Estado do Planejamento, os quais nortearam e subsidiaram a construção do PPA, que foram: As Diretrizes Estratégicas, o Diagnóstico Interativo, o Cenário Econômico do Amapá, Formação de Estratégias Setoriais e o PPA 2016-2019.

As Diretrizes Estratégicas foram a consolidação da proposta registrada no TRE no período eleitoral, a qual foi validada pela sociedade no pleito Eleitoral. A proposta passou a ser uma ferramenta técnica de planejamento, que conduzem os valores que alicerçam hoje o nosso governo e o PPA 2016 - 2019: **Descentralização, Desconcentração, Eficiência, Simplicidade, Confiança, Transparência e Inovação.**

A prioridade deste governo está em "**Cuidar das Pessoas**" é o propósito maior dessa gestão. Esse propósito fundamenta as políticas públicas nas funções básicas do papel do Estado, que está em garantir bem-estar social, reduzindo a desigualdade e universalizando os serviços públicos com acesso e atenção a todos. Para construção das políticas públicas, cinco Eixos foram pensados neste PPA: **Desenvolvimento Social, Desenvolvimento da Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Defesa Social, e Desenvolvimento da Gestão e Finanças.**

O Eixo Desenvolvimento Econômico é considerado o central, quando entende que o setor produtivo privado precisa responder com mais força e confiança para reduzir a dependência que existe no setor público. O desafio da estrutura produtiva do Estado consiste em equilibrar os três setores da economia e equacioná-los aos princípios ambientais para o desenvolvimento do Estado. O Estado se propõe a direcionar investimentos para tornar o setor produtivo mais consolidado e competitivo considerando que existe um potencial de demanda interna que precisa ser atendida pelos bens e serviços gerados em nossa economia.

Dentro da visão do desenvolvimento econômico de Governo, existe a compreensão de que havendo um ciclo econômico virtuoso, onde o aumento de renda e emprego dará mais garantias a sociedade no que diz respeito à atenção de suas necessidades, sejam básicas ou não. Neste caso, a população aumenta sua condição de liberdade, passa a ampliar seu consumo de bens e serviços sem depender diretamente da assistência do poder público. Outra questão ainda é que, a ampliação em quantidade e qualidade do setor privado, a base de arrecadação própria do governo se eleva, mais serviços públicos serão



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

disponibilizados a sociedade, assim como, haverá uma redução ao longo do tempo da dependência das transferências governamentais da União, que hoje chega a 73% da receita pública estadual (SEPLAN, 2015).

Assim sendo, as estratégias de consolidação dos programas do PPA foram construídos com direcionamento em duas linhas de tempo: Programas de curto prazo e de longo prazo. Os de curto prazo devem atender políticas mais imediatas, como as da área social e de gestão. Com a expansão da população em um curto período de tempo os problemas se avolumam e precisam de respostas imediatas do Estado. Quanto aos programas de longo prazo, estes precisam de altos investimentos e tempo para se consolidarem, como é o caso dos projetos estruturantes. Então a agenda de governo deve ser conduzida para priorizar dois tempos de planejamento, com ações importantíssimas que se completarão com o passar do tempo.

O governo para construção do PPA, chamou a sociedade onde junto construíram um diagnóstico e um prognósticos para direcionar as políticas públicas. O Governo priorizou o debate, a participação dos agentes sociais, oportunizou e fortaleceu o dialogo através dos canais de comunicação. Colocou a disposição da sociedade o Diagnóstico Interativo, que consistiu em um instrumento de consulta à sociedade, de coleta e avaliação de informações pré-planejamento, que serviram para nortear o PPA. Outros instrumentos foram: o debate na Rádio, a Pesquisa Técnica, a Reunião com os Poderes, a Conferência do PPA e o Fórum dos Prefeitos.

O Governo oportunizou no ciclo da política pública escutar os agentes e entender os problemas que estão no cotidiano da sociedade amapaense. Com isso foram apontadas variáveis internas e externas que são entraves e oportunidades para o desenvolvimento do Estado. Pode com esse novo olhar traçar estratégias e estabelecer prioridades na agenda de Governo.

Contas públicas, ajustes fiscais e retomadas dos investimentos:

O governo atual herdou uma dívida da gestão anterior em torno de 6 bilhões de reais, incluindo pendências financeiras do tesouro, bem como do processo de federalização da CEA, cuja parcela do empréstimo, vencida na primeira quinzena de dezembro de 2014 e não paga pelo governo passado,



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

sangrou os cofres estaduais em R\$ 32,5 milhões de reais, incluindo os juros que somaram R\$ 3,141 mil reais. Se não houvesse a quitação, o Estado seria penalizado com o desconto do valor devido no repasse do Fundo de Participação do Estado (FPE) de janeiro do corrente ano.

Diante desses e outros problemas, o Governo foi obrigado a determinar o contingenciamento de recursos do orçamento que poderiam ser investidos em programas para beneficiar a população, a fim de honrar o calote aplicado pela gestão anterior.

No tocante à Política Tributária do Estado, o modelo vigente será revisto, e acabará com voracidade arrecadatória imposta pelo governo que me antecedeu. Tal modelo fechou as portas de inúmeras empresas amapaenses, sobre tudo as micro e pequenas, que representam 99,3% da estrutura econômica do Estado, e que dependem do apoio e incentivos do governo para sobreviver.

Ainda no primeiro trimestre deste ano, constituí um grupo de trabalho para sugerir as mudanças necessárias no sistema, visando implantar um modelo mais justo de arrecadação tributária.

Os problemas também foram verificados em relação à operação de crédito do Amapá junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), para investimentos em obras estruturantes, como construção e pavimentação de rodovias estaduais, construção de pontes em concreto, entre outras, fruto de projeto deixado pelo meu governo em 2010.

Ao assumirmos o governo, em 2015, constatamos uma grande disparidade entre o valor aprovado pelo BNDES e as dotações orçamentárias apresentadas pela gestão que nos antecedeu, encerrada em 2014. Ao analisarmos a situação, verificamos a existência de diversas obras em execução, com recursos do financiamento, mas que não constam no relatório de obras aprovadas pelo BNDES, ou ainda se encontram em estágio de análise pelo banco.

Diante deste quadro preocupante, determinei á SEPLAN a realização de um estudo minucioso em todas as obras do Estado, principalmente nas que dependiam de recursos oriundos do empréstimo com o BNDES, visando apurar a real situação das mesmas. Discutimos a problemática com o BNDES por várias vezes, sendo que na última, visitei pessoalmente a presidência do Banco, o qual



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

acatou nossas justificativas, resultando na liberação de uma parcela pendente, no valor de R\$ 125 milhões de reais.

Ainda, fazendo frente aos problemas herdados, e tendo em vista o processo de ajuste pelo qual passa a economia brasileira, o Estado do Amapá terá maior cautela na condução da gestão orçamentária do Estado. Observa-se uma deterioração dos fundamentos da economia brasileira, com elevação da taxa de juros para 13,75 (e viés de alta para as próximas reuniões do Comitê de Política Monetária) e do nível de endividamento das famílias na ordem de 46,30 segundo os dados do Banco Central do Brasil - BCB.

Além disso, observa-se rigidez dos Indicadores de inflação, uma vez que em maio/2015, o IPCA (Fonte IBGE) alcançou o nível de 8,46, no acumulado de 12 meses, sendo o maior nível observado desde 2003. Os reflexos desses indicadores são verificados na desaceleração dos principais setores da economia brasileira, em especial a indústria de transformação e na oferta de emprego no mercado de trabalho. Outro agravante para o aprofundamento da crise está na dificuldade política para aprovação do "Pacote Fiscal" e das medidas necessárias para o ajuste econômico do país.

O reflexo desse cenário no GEA pode ser observado no comportamento das transferências correntes, apresentando queda no primeiro semestre, correspondendo 5,38% em relação ao valor previsto para 2015 e na arrecadação própria, o que implica em uma queda de 8,97% nas receitas do tesouro estadual.

A deterioração do cenário para o 2º semestre de 2015, deverá combinar novas medidas de ajustes a serem tomadas pelas Secretarias de Estado da Fazenda e na Secretaria do Planejamento, respectivamente, no sentido de evitar que as condições de deterioração das contas públicas se aprofundem no Estado.

Cabe destacar que 07 Unidades da Federação estão parcelando a folha de pagamento dos seus servidores, greves e paralisações já começam em órgãos do Governo Federal. A crise já é reflexo em setores chaves como a indústria de bens intermediários que começaram a fazer demissão de seus funcionários.

De acordo com as considerações acima e em função da necessidade



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

de construção de reservas orçamentárias para fazer frente à despesa de pessoal e as dívidas contratuais do executivo, estão sendo colocadas em prática, as seguintes medidas:

a) As ações não executadas no semestre de 2015, ficam suspensas de execução e reprogramação sem prévia análise e autorização da SEPLAN; e

b) As suplementações orçamentárias estarão vinculadas as prioridades de governo e condicionadas à disponibilidade financeira a ser informada pela SEFAZ.

Estas medidas são necessárias, visando o enfrentamento da crise financeira que se apresenta com lacunas de precariedade em todos os setores sociais, com notória ausência de investimentos, que caracterizam um processo de avaliação e implementação na retomada do desenvolvimento das políticas públicas.

O Desenvolvimento da infraestrutura do Amapá para os próximos anos apresenta muitos desafios. A promoção do desenvolvimento Econômico e social amapaense depende, em elevada proporção, da criação de condições adequadas de logística de transportes, de saneamento, de programas de habitação e de matrizes energéticas capazes de darem suporte a esse desenvolvimento.

O Eixo de desenvolvimento da Infraestrutura, em especial, estão os projetos estruturantes do transporte modal, a logística de integração e desenvolvimento, com a expansão da pavimentação da malha rodoviária estadual e federal e o aproveitamento da ferrovia, hidrovias, do porto de Santana e terminais de cargas e de passageiros.

Abrangerão ainda, setores como transporte, saneamento, energia, habitação, urbanização, mobilidade urbana, ampliação e valorização da carteira de projetos com captação de outras fontes de recursos disponíveis.

Daremos continuidade às obras iniciadas e tocadas entre 2003 e 2010, com ênfase para as seguintes ações:

a) Conclusão da pavimentação da rodovia federal BR 156 - Trecho



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Norte, e conclusão dos projetos para a Construção da BR 156 - Trecho Sul;

b) Construção da BR 210 e retomada da construção da ponte sobre o Rio Jari, obra importante para o arranjo do Arco Rodoviário Sul, garantindo a integração terrestre dos estados do Amapá e do Pará;

c) Conclusão da construção da ponte sobre os rios Matapi e Jari, visando a consolidação do corredor rodo-portuário do Estado - eixo de ligação da Região Sul com o Porto de Santana e as rodovias federais: BR 156 e BR 210;

d) Pavimentação das rodovias estaduais: AP 160, ligação entre os municípios de Laranjal de Jarí e Vitória do Jarí, e AP 010, que liga Mazagão Novo e Mazagão Velho, eixos estratégicos para o desenvolvimento dessa região;

e) Construção do Arco Rodoviário Sul, com intervenções na restauração e duplicação das rodovias JK e Duca Serra, privilegiando a interligação com o Porto Organizado de Macapá; e

f) Duplicação do trecho rodoviário entre as rodovias Duca Serra e BR 210, alternativa para afastar do centro da cidade o trânsito de veículos, máquinas e equipamentos pesados.

Em relação ao eixo Desenvolvimento Econômico, em nosso primeiro governo instituímos o **Plano de desenvolvimento "Amapá Produtivo"**, funcionando como o grande orientador e integrador da expansão das atividades produtivas em nível estadual, e que incentivou o manejo florestal sustentável e a formação de arranjos produtivos locais a partir das potencialidades regionais, por meio de incentivos creditícios, fiscais e tecnológicos.

Este plano funcionou como regulador da ação empresarial, disponibilizando aos investidores, os seguintes instrumentos: Fundo de Aval, Parcerias Público-Privadas e fundos financeiros para alavancar atividades econômicas. O governo que nos antecedeu não deu continuidade a esta experiência e nem tão pouco se preocupou lançar outro plano que servisse de orientador a tomadas de decisões em prol do desenvolvimento do Estado.

Para os próximos quatro anos, nossa prioridade está em concluir e aprovar os planos setoriais locais ou definidos pelo Governo Federal, como o Cadastro Rural, Plano Energético, Plano de Saneamento dos Municípios. O nosso



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

desafio será mudar a distribuição da riqueza sob a ótica da produção, pois o Estado apresenta uma economia concentrada no serviço público, cuja participação no valor adicionado à produção responde por de 47% do nosso Produto Interno Bruto (PIE).

Dessa maneira, a estratégia a ser adotada pelo Governo terá como base o aumento da competitividade das empresas produtivas amapaenses, criando um ambiente propício para o crescimento do setor privado. Desenvolver uma matriz de insumo-produto buscando fortalecer a vocação econômica dos municípios e os potenciais existentes no Estado.

Como forma de sedimentar as políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Amapá, definimos as seguintes diretrizes: Redução da participação das atividades públicas no PIB; desburocratização de licenças ambientais e florestais; criação de marcos regulatórios bem definidos visando orientar todas as atividades produtivas com a devida segurança jurídica a investidores; Implementação e regulamentação da legislação referente à Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e à Zona Franca Verde; e fortalecimento do mercado interno, por meio de uma política de compras governamentais com foco no fortalecimento das micros, pequenas e médias empresas do Estado.

Palácio do Setentrão, 31 de agosto de 2015

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

PROJETO DE LEI N° 028 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Amapá decreta:

Art o 1^o Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Amapá para o período de 2016-2019 - PPA 2016-2019, conforme o disposto no artigo 175, inciso I, §§ 1^o, 2^o e 3^o, da Constituição Estadual.

Art. 2^o O PPA 2016-2019 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, a partir de diagnósticos e estudos estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1^o Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2016-2019, estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e a nas leis que as modifiquem.

§ 2^o Os programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3^o As iniciativas quando orçamentárias correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4^o As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3^o Integram esta Lei os seguintes Anexos:

I - Programas Finalísticos;

II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;

III - Obrigações Especiais.

Art 4^o As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não constituindo em limites à programação das despesas expressas nas



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

leis orçamentárias anuais.

Parágrafo único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no § 3º, do artigo 175, da Constituição Estadual.

Art. 5º Os procedimentos orçamentárias anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 6º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I - alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II - adequar à quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III - incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Parágrafo único. O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário ressalvado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 7º Cabe à Secretaria de Estado e Planejamento - SEPLAN, estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Macapá, 31 de agosto de 2015

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

VOLUME I

Sumário

1 – Referencial das Diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2016 2019.....	20
2 – Eixos Estratégicos de Governo.....	22
2.1 – Eixo Desenvolvimento Econômico.....	23
2.2 – Eixo Desenvolvimento Social.....	29
2.3 – Eixo Desenvolvimento da Infraestrutura.....	33
2.4 – Eixo Desenvolvimento da Defesa Social.....	37
2.5 – Eixo Desenvolvimento Gestão e Finanças.....	39
3 – Fontes de Financiamento e Dispêndios.....	41
3.1 - Composição da Receita.....	42
3.2 – Dispêndio por Poder e Eixo.....	43
3.3 – Origem de Recurso.....	43
3.4 – Dispêndio por Programa do Poder Executivo.....	43
ANEXO I – PPA 2016-2019 POR PROGRAMA	
ANEXO II – PPA 2016-2019 POR FUNÇÃO DE GOVERNO	
ANEXO III – PPA 2016-2019 POR EIXO E PROGRAMA	



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

I – Referencial das Diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019:

O Amapá, ao tornar-se unidade federativa, vem buscando traçar caminhos para o seu desenvolvimento, no entanto os desafios são muitos quando há um grande celeiro natural como à pesca, minério, madeira, frutas, produtos florestais, madeireiros e não madeireiros, que não se revertem como matéria-prima em prol de seu desenvolvimento, ou seja, é um Estado rico em sua biodiversidade, mas pobre em sua economia que representa R\$ 10,4 bilhões, apenas 0,22% do PIB brasileiro (IBGE 2014).

Os indicadores de demografia apontam uma população que, ao longo de 30 anos, saiu de 289 mil para 750 mil habitantes, com taxas de crescimento geométrico, a maior do Brasil, de 1991/2000 (5,7%) e 2000/2010 (3,4%), densidade demográfica de 4,69 hab/km². Para 2030, o IBGE estima que essa população chegue a um milhão de habitantes. A população amapaense, em 30 anos, tornou-se urbana, com uma taxa de 90% de pessoas que passaram a viver nas sedes dos municípios. Situação que representa queda da população rural, quando em 1970 era de 45% e hoje é de 10%. A população amapaense se concentra na região metropolitana de Macapá e Santana, são cidades conurbadas, juntas tem 75% da população do Estado.

As variáveis demográficas do Estado interferem na condição socioespacial das cidades, quando a demanda da sociedade passa a ser bem superior à oferta de serviços básicos disponibilizados pelo Estado e municípios. As 16 cidades apresentam problemas urbanísticos graves, quando as condições de mobilidade e acessibilidade não são boas, os serviços de saneamento são limitados com baixos indicadores (PNAD, 2013), serviços e equipamentos básicos deficitários e taxa de domicílios subnormais acima da média nacional, representando 15,2% dos domicílios, atingindo 108 mil pessoas (IBGE, 2010).

A saúde e educação são números que precisam ser revistos como desafios. A educação no Amapá expandiu sua estrutura de ensino, mas a partir de 2015 o Estado precisa focar na qualidade do ensino, com qualificação dos professores, redução da evasão, merenda escolar e outros. Os dados do IDEB são didáticos (EDU, 2013). Para uma meta de 4,2, em 2013, alcançou-se 3,8, inferior a de 2011 que foi de 3,9, enquanto na rede particular do Estado, o indicador observado foi de 6,1. Com esses números, é necessário rever o modelo adotado de educação pública e buscar construir uma educação mais igual no cenário local.



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

A saúde padece da subnotificação de casos. É uma estrutura de saúde pública que atende uma demanda de 751 mil habitantes do Estado e de parte dos 250 mil oriundos das ilhas do Pará. Tem uma estrutura pequena considerando as unidades de atendimento de baixa e alta complexidades. De acordo com o último levantamento do IBGE, em 2012, existia uma média de um médico para 1.484 habitantes. O índice está acima do indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O problema da saúde pública amapaense é, em parte gerencial, estrutural e financeiro que, de forma sinérgica, dificultam o equilíbrio do setor. O saneamento básico, a engenharia de trânsito e a segurança pública influenciam diretamente na demanda do setor. Deve-se considerar que os serviços e a infraestrutura urbana são primordiais para a melhoria da saúde pública.

Na produção, ressalta-se o crescimento do setor público de 45% para 48% na economia. Também a queda dos demais setores é um grande fator a ser avaliado. O setor primário, em 10 anos, vem perdendo participação, não apenas em valores relativos quando sai de 5% para 3%, mas também em valores absolutos. O outro é a indústria que, em 2000, tinha participação de 14% e chega em 2011 com 8% (SEPLAN 2014), uma indústria muito tímida com pouca diversificação e com produtos de baixa qualidade de produção; uma pequena indústria baseada em produtos alimentícios (panificação, biscoito, massa, bebidas e sucos).

Analisando a indústria mineral, o Amapá chega à segunda metade desta década tendo que retornar ao passado e reestabelecer a atividade mineral que, até então, achava-se sólida e um importante elemento da cadeia produtiva local. Em 2011, o Amapá exportou US\$ 602 milhões e, em 2014, apenas US\$ 425 milhões (SECEX, 2014). As perspectivas para 2015 são piores, pois houve a paralisação do setor dentro Estado.

O comércio e serviços depois da Administração Pública são os que apresentam significativa participação no PIB, 12% e 29%, respectivamente. Em 2012, esses dois setores padeceram com a redução no número de empresas em 5,2%. Segundo dados do IBGE (2012), pesquisa Cadastro Especial de Empresas/IBGE, conseqüentemente houve também queda no número de pessoal ocupado nos Serviços 5,7%. Os postos de trabalho formal, hoje, são de 108 mil pessoas empregadas, representando cerca de 40% da PEA. Em janeiro de 2015, divulgado pelo CAGED, o saldo de emprego foi negativo de 1.140 postos.

O setor agrícola, com o plantio da soja, aponta uma expansão de seus números em área plantada e quantidade produzida. O IBGE registrou, em 2013, uma quantidade maior que as lavouras tradicionais como arroz, feijão e milho. A soja teve uma produção de 12,9 mil toneladas em uma área colhida de 4.528 hectares, criando uma expectativa de mudança no



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

cerrado amapaense. Em 2014, o órgão de pesquisa aponta um aumento na quantidade de 250% em razão do aumento da área plantada.

O Amapá tem como principal característica ser um Estado novo que tem a centralidade do governo federal em suas decisões. Esta relação é reforçada pelo domínio de suas terras, as transferências governamentais, investimentos em programas e serviços sociais básicos. A receita própria representa cerca de 23% de toda receita pública (SEFAZ, 2014). É um percentual muito pequeno para fazer investimento de capital sem a tutela do governo federal.

Outros fatores do cenário amapaense que são importantes reconhecer, e que trarão grandes mudanças nos seus indicadores, dizem em respeito aos projetos estruturantes e econômicos que o Estado vem recebendo. Quanto aos projetos estruturantes, a energia, que por muito tempo era o entrave para se pensar em uma economia forte, hoje tem projetos que podem se tornar o impulsionador de uma nova matriz produtiva: as hidrelétricas, o linhão de Tucuruí, a modernização do Porto de Santana, a pavimentação das rodovias e as construções das pontes ligando o Amapá de norte a sul e com as guianas. Na economia está o agronegócio com a produção da soja no cerrado amapaense.

II EIXOS ESTRATÉGICOS

“CUIDAR DAS PESSOAS E DAS CIDADES”

Em consonância com os compromissos de campanha, o Governo do Estado do Amapá, no processo de elaboração do PPA 2016 – 2019, seguiu as Diretrizes Estratégicas que se consolidou nos Programas harmonizando os fundamentos e metodologias do planejamento das diversas fases de sua construção.

Os Programas previstos no Plano Plurianual 2016 – 2019 irão atender cinco eixos estratégicos. Cada eixo estratégico abriga de forma transversal os inúmeros setoriais da máquina de governo para atender qualitativamente e quantitativamente as políticas públicas, de forma a aproximar os serviços ofertados pelo governo ao cidadão. Os eixos em que trata as diretrizes são: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento da Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento da Defesa Social e Desenvolvimento da Gestão e Finanças.

1- EIXO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste estão os direcionamentos à Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer. Nesse eixo é fundamental a palavra **universalização**. Oferecer de forma clara, objetiva



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

e igualitária as políticas com qualidade, de acordo com os indicadores de atendimento propostos pela União, Estado e municípios.

2- EIXO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

Agregar temas importantes para o desenvolvimento sustentado do Estado do Amapá: transporte, energia, saneamento, habitação e urbanização. É um eixo que proporciona a integração territorial, promove a geração de emprego e renda à população amapaense.

3- EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O grande desafio é equilibrar os três setores da economia e equacionar os princípios ambientais com o desenvolvimento do Estado, tornar um Estado com uma base de produção mais consolidada e competitiva, atendendo uma grande parte da demanda com a produção interna. Neste eixo estão as políticas voltadas para a pesca, agronegócio, mineração, extrativismo, pecuária, ou seja, agropecuário, indústria, comércio e serviços.

4- EIXO DE DESENVOLVIMENTO DA DEFESA SOCIAL

Contempla os seguintes segmentos: Segurança Pública, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Gestão Penitenciária, Defesa Civil e Política de Trânsito.

5- EIXO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO E FINANÇAS

Constituído pelas áreas Amapá Inteligente, Atendimento ao Cidadão, Gestão de Pessoas, Finanças e Transparência, Planejamento e Tecnologia da Informação.

1.1 EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“ECONOMIA PARA TODOS”

1. MARCO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

A economia tem em seus fundamentos a movimentação das unidades produtivas, quando na geração de bens e serviços ocupa recursos de produção (mão de obra, terra, capital, tecnologia, insumos) permitindo aumentar o nível de emprego e renda na sociedade. Mas, para que esse fundamento se torne real, é necessário que um conjunto de fatores esteja muito bem alinhado ao interesse do seu desenvolvimento. Fatores esses que têm na economia moderna a



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

atuação do Estado com suas políticas, fortalecendo a base produtiva para aumentar o consumo e reduzir a desigualdade.

No Amapá, por muitos anos, a economia é tímida e apresenta números bem pequenos em relação ao Brasil e Região Norte. O seu período áureo foi na época de território federal, com a dinâmica do setor mineral atendendo ao mercado internacional. No cenário nacional, segundo os Contas Regionais do Brasil (IBGE, 2014), é a 25ª economia do país, com um PIB de R\$ 10,4 bilhões e uma participação de 0,22%. Em relação ao Norte, é a 5ª economia, distanciando-se do 4º lugar, o Tocantins, em R\$ 9,1 bilhões e do 6º, o Acre, em R\$ 791 milhões.

Esta economia tem todos os entraves para não ocorrer seu desenvolvimento. Há 27 anos, o Amapá se tornou unidade federativa, autônoma, mas dependente do governo federal. A dependência encontra-se em fatores como: 83% da receita pública provém de transferências da União; cerca de 45% são terras protegidas por leis ambientais, em nível federal; o direcionamento de seu planejamento é mantido por políticas assimétricas com programas e projetos centralizados da União. Esse cenário permeia as decisões do governo estadual, o que lhe deixa na contramão dos interesses locais, distanciando o Estado, ainda mais, do seu almejado desenvolvimento.

A redefinição do Estado com autonomia financeira, descentralização e simetria de suas políticas é a base desta diretriz do PPA 2016-2019. A economia do Amapá tem à sua frente grandes desafios, quando os pequenos negócios dominam o mercado com 98,5% de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas; 73% são áreas protegidas (indígenas e unidades de conservação); 70% da renda é de baixos salários; 90% do consumo são de bens vindos de outros mercados; as pesquisas geradas nas universidades não atendem à dinâmica do mercado local; os recursos naturais são exportados sem agregação de valor; existe um desequilíbrio entre as atividades econômicas havendo predominância do setor público em 46% do PIB. Essas são algumas situações que precisam ser repensadas e desarticuladas para o desenvolvimento do Amapá.

No desenvolvimento econômico do Amapá é importante manter a política de valorização de seus recursos naturais, seja na produção direta ou para pesquisa e ecoturismo; as políticas econômicas devem priorizar as áreas ambientais e o livre mercado; deve acontecer de forma induzida o processo de regionalização de polos de desenvolvimentos nos municípios, valorizando as potencialidades locais; criar mecanismo de desburocratização e fomento à produção, com custos mais baratos ampliando a produtividade das empresas, principalmente da indústria e do agronegócio.



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Não se pode perder o *time* de mercado que passa, hoje, a economia amapaense, onde mais uma vez é o centro de oportunidades de negócios, quando a energia deixa de ser problema e passará ter em abundância com a implantação das hidrelétricas e o Linhão de Tucuruí; o consórcio petrolífero de empresas na costa do Estado já é uma realidade mesmo em processo de pesquisa; o agronegócio da cultura da soja chega com toda força no cerrado; o decreto da Zona Franca Verde e a implantação da Zona de Processamento de Exportação são o marco regulatório para atração de investidores.

O Eixo Econômico nesta diretriz apresenta-se como um grande desafio ao equilíbrio dos três setores da economia, propõe-se a equacionar os princípios ambientais e o desenvolvimento do mercado. Esses preceitos sendo superados deverá ter uma matriz de produção mais consolidada e competitiva atendendo à demanda interna de bens e serviços produzidos no Amapá.

Neste eixo, estão às políticas voltadas para os segmentos pesca, agronegócio, mineração, extrativismo vegetal, pecuária, indústria, comércio, serviços, questão fundiária e meio ambiente, que são meios para servir de norte à condução de uma economia forte e sustentada, onde os demais eixos estratégicos se aglutinarão de forma a consolidar o objetivo do plano de governo.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

“Incentivar a produção com oportunidades para todos”

2.2 MACRO-OBJETIVOS

1. Aumentar a produção do setor privado do Amapá estimulando a demanda interna na compra e venda de bens e serviços, oriundos dos setores agrícola e industrial do Estado.
2. Desenvolver a economia através de investimentos do governo em infraestrutura básica, com isso favorecendo o estímulo à produção do setor privado.
3. Tornar as empresas locais mais modernas e competitivas com a redução do custo da produção, aumento da produtividade e da qualidade de bens e serviços.



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

3. DESAFIOS

1. O Amapá, para o seu desenvolvimento na área econômica, deve traçar ações em duas linhas estratégicas, considerando as legislações ambientais, que determinam a divisão de seu território em 73% de áreas protegidas e 27% em áreas livres. O desafio perpassa no repensar as políticas com viés de sustentabilidade, aproveitando o potencial das unidades de conservação e as políticas de estímulo ao livre mercado valorizando a economia existente dos segmentos da indústria, comércio, serviços e agropecuário.
2. O custo de produção no Amapá é elevado, o que não estimula os empresários locais a ampliar sua base produtiva, e os externos a implantar uma base de produção consistente, capaz de garantir, de forma mais abrangente, emprego e renda. Com isso, é importante criar incentivos e desburocratizar a abertura e manutenção de empresas no Estado.
3. Os conhecimentos gerados nos centros de formação intelectual e profissional do Estado precisam estar voltados à realidade econômica, espacial e social. Sendo assim, é importante a formação de professores e pesquisadores sensibilizados e articulados com os problemas e potencialidades locais, gerando estudos, pesquisas de tecnologias e formação de mão de obra preparada e adequada para atender a estrutura produtiva do Estado.
4. O setor produtivo do Amapá tem um desempenho tímido, com predominância das atividades do setor público. É necessário criar mecanismo de expansão das atividades voltadas ao setor privado, com mecanismos de incentivos diferenciados para o pequeno e o grande produtor.
5. Construir um ambiente empresarial competitivo, mediante o fortalecimento e consolidação dos marcos regulatórios existentes, dos quais, a Zona Franca Verde, a Zona de Processamento de Exportação e a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
6. Aumentar a capacidade de absorção da economia amapaense, uma vez que parte considerável dos insumos é oriundo de outras unidades da federação, em especial os bens intermediários e, em muitos casos, a mão de obra.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

GRANDES ÁREAS

4.1 SETOR PRODUTIVO

1. Tornar os municípios integrados por redes regionais de desenvolvimento



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

O desenvolvimento dos municípios por uma rede de integração regional é uma das prioridades do governo quando, em sua estratégia, buscará implantar projetos que levem em consideração as potencialidades e identidades locais de cada município. A partir disso, implantar projetos com políticas consorciadas por grupos de municípios. Implantar polos de produção regionalizados fortalecendo a economia dos municípios.

2. Fortalecimento da capacidade de arrecadação dos municípios e do Estado

Modernização dos equipamentos de arrecadação do Estado e implantar postos de arrecadação da SEFAZ em pontos estratégicos, como os municípios de Calçoene, Laranjal do Jari e Santana.

Estruturação, ampliação e investimentos na base de produção no campo amapaense, para incentivar a produção familiar e o agronegócio que se inicia nas áreas de cerrados.

Promoção de um conjunto de legislação clara e atraente para a Zona de Exportação e Zona Franca Verde, sem comprometer a arrecadação estadual no regime de substituição tributária, aliada à agregação de valor na produção.

3. Implantação da base produção industrial

A implementação do distrito industrial criando condições favoráveis ao desenvolvimento de um polo industrial, visando o crescimento da economia do Estado, criando condições adequadas para o investimento de empresarial com legislação e infraestrutura capaz de atender o interesse da produção.

5. Captação de recursos e atração de investidores econômicos externos

Construção de um ambiente institucional capaz de captar investidores para o Estado, suprimindo burocracias, promovendo a segurança jurídica e, sobretudo, a interlocução do setor privado com o governo. Esse mecanismo se materializa pela criação da Agência de Desenvolvimento Econômico.

6. Parcerias Públicas Privadas

A redução da dependência da economia do GEA consiste em aceitar que nem todos os serviços podem ou devem ser feitos, prioritariamente, pelos governos. Com regras claras e



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

credibilidade institucional, pode-se fomentar o setor privado, além de melhorar a oferta dos serviços públicos oriundos de concessão.

4.2 MEIO AMBIENTE E TERRITÓRIO

1. Valorização dos recursos naturais com viés sustentáveis e de mercado

Extração dos produtos da floresta baseada nos preceitos da sustentabilidade, dando ênfase à proteção do meio ambiente, à economia verde e à inclusão das populações que vivem nas áreas de preservação.

Incentivo aos Arranjos Produtivos Locais do Amapá com garantias de formalização e organização de suas cadeias produtivas

2. Regularização fundiária

Garantir e facilitar a regularização das terras do Estado aos fundiários produtivos para estímulo à produção.

Estabelecer o programa de ordenamento e regularização fundiária e ambiental no Amapá.

4.3 CIÊNCIA INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

1. Conhecimento e pesquisa

Priorizar estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento e aproveitamento dos produtos potenciais do Estado fortalecendo suas cadeias produtivas.

O conhecimento científico acumulado seja usado pelo governo na condução de soluções de problemas econômicos.

2. Tecnologia

Fortalecimento do repasse de tecnologias ao produtor para cultivo e manejo da produção.

Diversificar a matriz Insumo Produto do Estado, aumentando o dinamismo do setor, sobretudo, explorando aqueles com elevados coeficientes tecnológicos.

4.4 SUPORTE TÉCNICO, CRÉDITO E RECURSOS



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

1. Fortalecer a capacidade de execução de projetos financiados com recursos externos (público e privado) dentro de uma lógica de desenvolvimento.
2. Incentivo à cultura do empreendedorismo do pequeno produtor (formal e informal) garantindo a expansão do crédito popular para o seu desenvolvimento.
3. Expansão dos negócios produtivos, no Amapá, com a abertura de empresas formais, garantindo a redução do tempo e da burocracia na abertura de empresas.
- 4 Promoção de um conjunto de legislação clara e atraente para a Zona de Exportação e Zona Franca Verde, sem comprometer a arrecadação estadual no regime de substituição tributária, aliada à agregação de valor na produção.

2.2. EIXO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“QUALIDADE DE VIDA EM PRIMEIRO LUGAR”

1. MARCO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

As políticas públicas que buscam integrar e melhorar as condições de vida da população passam, necessariamente, por ações positivas de cultura, esporte e lazer. Essas ações não podem ser propostas separadamente, elas se complementam e ratificam as propostas de saúde e educação.

O Setor Saúde visa consolidar uma política que consiga aproximar o Estado das famílias, dividindo com os municípios a responsabilidade de atendimento com qualidade e eficiência.

Cabe ao Estado a obrigação constitucional de oferecer uma educação de qualidade aos seus cidadãos, de maneira que todos tenham a oportunidade de melhorar sua condição social e econômica, para isso, as condições de trabalho e formação do profissional de educação passam por monitoramento e avaliação constantes.

A inclusão social não pode ser vista como a intervenção paternalista do Estado, mas a forma de resguardar o cidadão em possível situação de risco social, e fazer que esse cidadão consiga, através da proteção do Estado, superar as dificuldades e progredir cultural e economicamente.

Quanto às manifestações culturais e o apelo para o esporte, estes, melhoram a autoestima da sociedade, integrando as diversas camadas sociais.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

“Cuidar das Pessoas com qualidade na oferta da educação, saúde e inclusão social”

2.1 MACRO-OBJETIVOS

2.1 SAÚDE

1. Descentralizar a gestão estadual do SUS, modernizando-o e reorganizando-o, de modo que o Estado e municípios se completem no atendimento de qualidade ao cidadão;
2. Implantar ações eficazes de vigilância e promoção da saúde;
3. Promover prevenção e assistência à saúde;

2.2 EDUCAÇÃO

1. Garantir direito à educação para todos, por meio de políticas de educação inclusiva, visando a superação das desigualdades;
2. Propor a efetivação da Lei de Gestão Democrática no Estado do Amapá;
3. Promover a valorização continuada do profissional da Educação.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Manter uma política social destinada ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, mais precisamente em prol da família, maternidade, infância, adolescência, velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes com direitos violados, promoção da integração ao mercado de trabalho, bem como, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

2.4 CULTURA E ESPORTE E LAZER

1. Proporcionar a integração das diversas manifestações culturais entre os municípios;
2. Promover a interação social, as práticas esportivas e de lazer, com possibilidade real no contexto social em que vivem.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

3. DESAFIOS

3.1 SAÚDE

1. Propõem-se como meta atingir o maior número de usuários possíveis, numa estrutura articulada em redes de atendimento interligadas, fazendo com que os municípios assumam as responsabilidades de gestão da saúde, conforme prevê a Norma Operacional Básica (NOB) 01/96;
2. Garantir ações da Vigilância em Saúde a serem entendidas como a prática da integração intrainstitucional entre as vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e de Saúde do Trabalhador. Tornando-se um dos pilares de sustentação do princípio da integralidade do cuidado, devendo, nesse contexto, inserir-se na construção das redes de atenção à saúde, interagindo com entidades representativas dos interesses de diversos grupos sociais;
3. Promoção de acesso de atendimento da saúde com qualidade aos diversos grupos de interesse social, visando à prevenção de doenças para melhoria da qualidade de vida.

3.2 EDUCAÇÃO

1. Resgatar a educação no Amapá estabelecendo um plano de recuperação que garanta as condições físicas das escolas, a formação continuada dos profissionais da educação e a educação com qualidade;
2. Pensar a gestão democrática como princípio a ser seguido para a educação, implicando na possibilidade concreta de autogoverno das escolas públicas, visando a democratização do poder de decisão no uso dos recursos e no desenvolvimento das atividades de ensino;
3. Oficialização de uma política estadual de formação e valorização dos profissionais de educação, garantindo o cumprimento das leis nº 12.014/09 e nº 11.301/06.

3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Elevação da renda per capita e do aumento das condições do bem-estar da população, por meio de estratégias que apontem para garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva;



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

2. Redução da vulnerabilidade social e do risco social;
3. Estruturar mecanismos de saída das populações de baixa renda.

3.4 CULTURA, ESPORTE E LAZER

1. Incentivar as diversas manifestações culturais, materiais e imateriais, delimitando os diferentes territórios culturais, protegendo o patrimônio histórico e cultural;
2. Garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, combatendo todas as formas de discriminação e criando igualdade de oportunidade.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

4.1 SAÚDE

1. Descentralização da gestão estadual do SUS;
2. Vigilância e promoção da saúde pública;
3. Promoção, prevenção e assistência à saúde.

4.2 EDUCAÇÃO

1. Educação com qualidade/inclusão social, diversidade e igualdade;
2. Democratização e modernização da gestão;
3. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação.

4.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Enfrentamento da pobreza;
2. Segurança alimentar e nutricional;
3. Garantia de direitos humanos;
4. Organização, participação e controle social;
5. Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

4.4 CULTURA, ESPORTE E LAZER

1. Fortalecimento da identidade cultural e diálogo intercultural;
2. Incentivo à economia da cultura;
3. Integração da educação e cultura;
4. Gestão democrática da cultura;
5. Universalização do acesso, promoção da inclusão social e incentivo ao esporte olímpico e de rendimento.

2.3 EIXO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

“ESTRUTURAR PARA DESENVOLVER”

1. MARCO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

Os desafios do Amapá para os próximos anos não são poucos, notadamente no setor de infraestrutura. A promoção do desenvolvimento econômico e social amapaense depende, em elevada proporção, da criação de condições adequadas de logística de transportes, de saneamento, de programas de habitação e de matrizes energéticas capazes de darem suporte ao desenvolvimento.

O governo dará prioridade à construção de uma rede verdadeiramente integrada de transporte, seja no campo funcional, por meio da multimodalidade, seja no campo institucional, buscando viabilizar a adequada e necessária justaposição nos planos federal e estadual dos investimentos requeridos, através de iniciativas articuladas de cooperação e complementaridade entre esses dois níveis de governo.

O Amapá deve preparar-se para ser uma grande plataforma logística (transbordo de carga) para o Brasil, sobretudo em relação aos principais macrofluxos internos e externos, tendo como focos principais o Porto de Santana, a Ponte do Rio Jari e a Ponte do Rio Oiapoque.

Nesse sentido, é fundamental que se promovam grandes investimentos na logística de integração e desenvolvimento, com expansão dos percentuais das malhas rodoviárias estadual e federal em boas condições de conservação, a construção de eixos não pavimentados, otimizando os custos e resultados e a implantação, em conjunto com a União, de uma solução



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

para o Porto de Santana.

Faz-se necessário, também, o aproveitamento da ferroviária para a integração dos modais de transporte de produtos de alto valor agregado.

Sem uma rede de transporte integrada e livre de estrangulamentos, capaz de possibilitar não só ganhos logísticos, mas também elevação dos níveis de bem-estar da população, não há como garantir o crescimento, a competitividade e o emprego, além da coesão territorial.

Daí a necessidade da implantação de mecanismos que possibilitem a gestão do transporte, a partir de uma visão metropolitana, ou seja, de modo que o planejamento e as decisões relacionadas aos investimentos e à organização da matriz possam contemplar os aspectos da engenharia de tráfego, obedecendo a critérios que tragam sempre os melhores resultados sob a ótica dos usuários.

Para que o Amapá alcance o objetivo de ser um Estado exemplar em termos logísticos, faz-se necessária a integração física dos eixos terrestres com articulação e interligação ao eixo hidroviário, visto que grande parte das cargas que saem da região amazônica, incluindo o Amapá, passa pelo Canal Norte do Rio Amazonas.

Este plano norteará, de maneira clara, estratégia para ampliar o acesso à água e aos esgotamentos sanitários tratados. Prevê ações assertivas nos próximos anos, que garantam uma maior eficácia do sistema de abastecimento e esgotamento nos centros urbanos, assim como intervenções na zona rural.

A energética é condição essencial para sustentação de um projeto de crescimento significativo da economia do Amapá. Essa questão passa, obrigatoriamente, pelo investimento na matriz energética a ser adotada, devendo ser pautada pelo princípio da sustentabilidade. Grandes investimentos na geração de energia elétrica vêm ocorrendo no Estado.

O Linhão de Tucuruí garantiu a interligação energética do Amapá com as demais regiões do país, no entanto é sumariamente importante uma infraestrutura de distribuição capaz de proporcionar o suporte ao desenvolvimento. A substituição da geração de energia a combustíveis, em municípios importantes do Estado, é um passo importante para o crescimento das regiões norte e sul do Amapá.

O crescimento da demanda por energia elétrica no Amapá é exponencial. A ampliação da capacidade de geração promoveu melhorias nas condições de oferta de energia, permitindo a redução da demanda reprimida no Estado, mas há que se investir na distribuição.



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Na área de habitação popular, uma alternativa para essa proposta vincula-se à disponibilização de equipamentos habitacionais em áreas urbanas, de modo a ocupar espaços vazios, áreas abandonadas, degradadas ou subutilizadas e evitar os assentamentos distantes e desintegrados. Dessa forma, a habitação social reforça o tecido urbano e social existente, permitindo-se a inclusão e integração de classes sociais.

O compromisso central para a habitação é traçar uma estratégia para alcançar investimentos federais decorrentes dos programas de habitação nacional, que perpassam pela existência de projetos completos e bem dimensionados, levando em consideração todos os aspectos da engenharia.

Importante assinalar que as obras do PAC enfrentam grande burocracia e muitos gargalos no Amapá, como áreas não legalizadas, problemas para obtenção de licenças ambientais e empreiteiras mal preparadas.

Com vistas a aumentar a eficiência dos programas já em andamento no Estado, buscar-se-á, para os próximos quatro anos, tratar o problema habitacional a partir de uma visão orgânica da cidade, verdadeiro cenário da vida comunitária e da sociedade integrada.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

“Desenvolver a infraestrutura e logística do Amapá”

2.1 MACRO-OBJETIVOS

1. Promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, com elevada proporção de condições adequadas de logística de transporte, de saneamento, de programas de habitação, urbanização e de matrizes energéticas capazes de darem suporte ao desenvolvimento.

3. DESAFIOS

3.1 TRANSPORTE

1. Preparar para ser uma grande plataforma logística para o Brasil, sobretudo em relação aos principais macrofluxos internos e externos;



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

2. Implementar mecanismos que possibilitem a gestão de transporte a partir de uma visão metropolitana.

3.2 SANEAMENTO

1. Um dos maiores desafios ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social do Amapá é a melhoria da oferta de saneamento básico, entendendo este como acesso à água de boa qualidade e ao esgotamento sanitário tratado.

3.3 ENERGIA

1. Garantir a substituição de geração de energia a combustíveis em municípios importantes do Estado.

3.4 URBANIZAÇÃO

1. Articulação com os municípios para promover um plano de urbanização visando à oferta dos equipamentos e serviços urbanos, com qualidade, nas cidades amapaenses.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

4.1 TRANSPORTE

1. Implantar uma logística de integração e desenvolvimento;
2. Expandir a pavimentação das malhas rodoviárias estadual e federal;
3. Aproveitar a ferrovia, hidrovias, portos e terminais rodoviários, interligando-os em um sistema multimodal.

4.2 SANEAMENTO

1. Universalizar o abastecimento de água, coleta e tratamento dos esgotos, além do manejo dos resíduos sólidos.

4.3 ENERGIA

1. Garantir a ampliação do parque energético para atrair e aumentar o volume de investimentos privados, público ou em parceria no Estado.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

4.4 URBANIZAÇÃO

1. Integração das cidades;
2. Promover a construção de unidades habitacionais nos municípios;
3. Desenvolver a região metropolitana de Macapá e Santana, com um plano de integração.

2.4 EIXO DE DESENVOLVIMENTO DA DEFESA SOCIAL

“A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR”

1. Marco estratégico situacional

O Estado do Amapá tem experimentado altos índices de violência e criminalidade, associados às dificuldades das instituições públicas em lidar com tal situação.

No Brasil, esta é a realidade da maioria dos Estados, os quais vivem, em maior ou menor intensidade, processos de reestruturação de seus sistemas de justiça e segurança.

Os efeitos da violência e da criminalidade cotidianas são sentidos pela comunidade, seja sob a modalidade de situações concretas, seja por meio da "sensação de insegurança".

Nesse contexto, faz-se necessária a abordagem deste tema de forma a buscar estratégias que visem à implementação de políticas de segurança pública voltadas para o bem comum do cidadão amapaense.

A atuação policial sempre esteve ligada à ideia de manutenção da ordem e proteção do Estado, de seus governantes e governados.

O moderno conceito de segurança humana, contudo, direciona o foco para os cidadãos, para a garantia de seus direitos individuais e coletivos, dividindo esse encargo com a sociedade.

Diante disso, este plano traça diretrizes abrangentes, visando dotar o Setor Defesa Social das condições necessárias para a sua atuação eficaz diante do usuário.

2.OBJETIVOS

As instituições policiais não podem sozinhas dar conta da segurança pública. A repressão



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

à violência é de suma importância, mas é uma abordagem isolada, que não incide sobre os fatos geradores de insegurança. Violência e criminalidade são fenômenos bastante complexos, dinâmicos e multifacetados, os quais exigem uma abordagem multissetorial e integrada, que envolva a sociedade como um todo na busca de soluções que possam surtir efeitos efetivos e sustentáveis. Esta estratégia representa uma atuação preventiva, e para que tal atuação ocorra, é necessário ouvir os atores locais, as pessoas envolvidas e diretamente atingidas pelas atuações estatais a serem implantadas. A participação comunitária é fundamental para a consolidação de uma verdadeira política pública de Dentre as estratégias a serem adotadas para que se consiga atingir objetivos a seguir

2.1 OBJETIVO GERAL

“Promover um ambiente de paz junto à sociedade”

2.2 MACRO-OBJETIVO

1. Adotar estratégias que visem à implementação de políticas de segurança pública, considerando que o fenômeno da violência e da criminalidade são complexos e necessitam de um conjunto de medidas que incluem o reaparelhamento dos setores de segurança.

3. DESAFIOS

1. Promoção da integração do Setor Segurança com a comunidade, visando aumentar os níveis de eficiência e eficácia do sistema de segurança pública;
2. Disponibilização da oferta de serviços de qualidade e, em tempo, ao usuário;
3. Incentivo à participação social no processo de prevenção da violência, de acordo com a filosofia de segurança comunitária;

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. Redução dos índices de criminalidade do Estado do Amapá;



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

2. Oferecer segurança, por meio de parceria federal e municipal, visando o aparelhamento e a integração operacional dos órgãos do Eixo Defesa Social, com a participação da sociedade;
3. Universalização das políticas públicas do setor, de modo a assegurar o policiamento ostensivo, o combate a sinistros de qualquer natureza, os direitos humanos, com a reintegração das minorias à sociedade;
3. Implantação das políticas de defesa social de prevenção e combate a todo tipo de ilícitos.

2.5 EIXO DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO E FINANÇAS

“GESTÃO EFICIENTE”

1- MARCO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

O desenvolvimento da gestão pública tem como pressuposto a introdução de modernas técnicas de planejamento e gestão, indispensáveis para a efetivação do novo modelo de gestão para a administração pública estadual, a ser iniciado no presente governo, com foco no gerenciamento por programas, possibilitando a integração dos instrumentos de planejamento, orçamento e de gestão.

Com esse objetivo, o Estado avançará no processo contínuo para construção e otimização de políticas públicas de capacitação de servidores públicos em todos os níveis hierárquicos das áreas fins e meio, voltadas para a tecnologia da informação, modernização de processos, planejamento, orçamento e arrecadação tributária.

O governo entende que o servidor público é o elo entre as ações públicas ofertadas e o usuário. No atual governo, será restabelecido um canal de negociação com todas as categorias de servidores, visando repor perdas salariais, por meio da atualização de progressões funcionais que estão defasadas, assim como a elaboração de Planos de Cargos Carreira e Salários, para aquelas categorias de servidores que ainda não possuem este amparo jurídico.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

“Respeitar o bem público com gestão eficiente e transparente”

2.2 MACRO-OBJETIVOS

1. Coordenar, de forma integrada, com eficiência e eficácia, a construção dos processos de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas;
2. Elaborar sistemas de informação e indicadores estratégicos, como instrumentos de acompanhamento e avaliação da ação governamental;
3. Fortalecer a administração estadual, com base em programas de modernização e excelência na prestação dos serviços públicos;
4. Disponibilizar ferramenta de Tecnologia de Informação, visando integrar o cidadão à administração pública;
5. Adotar uma política de gestão de pessoas focada no desempenho e reconhecimento do mérito;
6. Criar uma política de captação de recursos externos.

3. DESAFIOS

1. Aperfeiçoar a gestão pública, na ótica do desenvolvimento, promovendo a perfeita interação entre planejamento, orçamento e gestão;
2. Aperfeiçoar mecanismos que favoreçam a transparência da administração pública estadual;
3. Maximizar a receita e racionalizar despesas, buscando manter o equilíbrio das contas públicas;
4. Promover a excelência dos serviços prestados à sociedade, capacitando adequadamente os recursos humanos da administração pública;
5. Promover maior eficiência ao processo de descentralização da administração pública.



**GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. Fortalecer a administração estadual, com base em programas de modernização e excelência na prestação dos serviços públicos;
2. Garantir os recursos necessários para prover o Estado de condições de crescimento e inclusão social da população;
3. Estabelecer padrões e parâmetros para a formulação da política estadual de Tecnologia da Informação para o aprimoramento na prestação dos serviços públicos;
4. Valorizar o desenvolvimento integral dos servidores, buscando otimizar a prestação de serviços à sociedade;
5. Acompanhar e avaliar o uso adequado dos recursos públicos;
6. Elaborar sistemas de informação e indicadores estratégicos, como instrumentos de acompanhamento e avaliação governamental.

3 – FONTES DE FINANCIAMENTO E DISPÊNDIOS



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

3.1 - Composição da Receita Total

ORIGEM	TOTAL			
Categoria da Receita / Origem da Receita / Espécie da Receita / Natureza da Receita	2016	2017	2018	2019
1 - Receitas Correntes	4.554.493.542,00	4.883.511.127,00	5.120.217.588,00	5.293.065.301,00
11 - Receita Tributária	871.596.696,00	936.756.196,00	1.023.354.895,00	1.127.247.287,00
12 - Receitas de Contribuições	163.517.902,00	176.599.332,00	190.727.281,00	196.823.386,00
13 - Receita Patrimonial	279.441.845,00	332.726.605,00	334.549.767,00	336.775.282,00
14 - Receita Agropecuária	134.403,00	145.156,00	156.768,00	169.310,00
15 - Receita Industrial	260.960,00	326.199,00	424.059,00	572.479,00
16 - Receita de Serviços	10.989.910,00	11.539.645,00	12.234.420,00	13.115.472,00
17 - Transferências Correntes	3.199.863.302,00	3.393.646.110,00	3.523.360.633,00	3.578.631.148,00
19 - Outras Receitas Correntes	28.688.524,00	31.771.884,00	35.409.765,00	39.730.937,00
2 - Receitas de Capital	221.771.431,00	72.929.555,00	9.524.599,00	3.667.495,00
21 - Operações de Crédito	221.327.332,00	72.665.928,00	9.039.882,00	3.360.000,00
22 - Alienação de Bens	444.099,00	263.627,00	484.717,00	307.495,00
7 - Receitas Correntes - Intra-orçamentária	305.795.332,00	322.536.782,00	345.340.151,00	364.065.836,00
72 - Receitas de Contribuições - Intra-orçamentária	287.818.924,00	301.964.438,00	322.741.593,00	339.240.922,00
79 - Outras Receitas Correntes - Intra-orçamentária	17.976.408,00	20.572.344,00	22.598.558,00	24.824.914,00
TOTAL	5.082.060.305,00	5.278.977.464,00	5.475.082.338,00	5.660.798.632,00



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

3.2 Dispêndio por Poder / Eixo

PODER / EIXO	TOTAL
Executivo	17.714.701.234,00
Desenvolvimento Econômico	500.845.636,00
Desenvolvimento Social	7.610.929.640,00
Desenvolvimento da Infraestrutura	2.977.021.118,00
Desenvolvimento da Defesa Social	187.626.430,00
Desenvolvimento da Gestão e Finanças	6.438.278.410,00
Outros Poderes (Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público)	2.738.890.572,00
Total	20.453.591.806,00

3.3. Origem de Recurso

ORIGEM	TOTAL
Total	20.453.591.806,00
Operação de Crédito	306.393.142,00
Receita de Convênio	1.739.707.109,00
Receita Própria da Administração Indireta	2.657.310.945,00
Tesouro	15.750.180.610,00

3.4. Dispêndio por Programa Poder Executivo

Programa	Total
Total	20.453.591.806,00
0001 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO - EIXO ECONÔMICO	87.425.784,00
0002 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO - EIXO SOCIAL	3.145.221.564,00
0003 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO - EIXO INFRAESTRUTURA	100.891.625,00
0004 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO - EIXO DEFESA SOCIAL	53.132.470,00



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	341.327.483,00
0006 - DESENVOLVIMENTO SETORIAL E REGIONAL	2.560.559,00
0007 - AMAPÁ EMPREENDEDOR	96.189.005,00
0008 - AMAPÁ TRABALHADOR	8.018.707,00
0009 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO NO AMAPÁ	3.468.849,00
0010 - CERTIFICAÇÃO DO PADRÃO E DA QUALIDADE DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	1.540.000,00
0011 - RECURSOS NATURAIS, ORDENAMENTO TERRITORIAL E MANEJO FLORESTAL DO AMAPÁ	28.860.734,00
0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL, AGROPECUÁRIO, AQUÍCOLA E PESQUEIRO DO AMAPÁ	158.389.543,00
0013 - PROMOÇÃO E INCENTIVO DO ENSINO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ	103.710.948,00
0014 - ATENDIMENTO HUMANIZADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.076.527,00
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	7.891.821,00
0016 - AMAPÁ EDUCANDO	2.868.175.267,00
0017 - EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	35.903.579,00
0018 - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	64.651.875,00
0019 - COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	154.705.690,00
0020 - GESTÃO DO SUS	125.993.349,00
0021 - ORGANIZAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE	728.812.510,00
0022 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	51.118.586,00
0023 - PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	284.883,00
0024 - PROTEÇÃO, RENDA E CIDADANIA SOCIAL	358.696.682,00
0025 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	249.273,00
0026 - GESTÃO DO SUAS	11.475.563,00
0027 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS	31.496.034,00
0028 - FOMENTO AO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	17.642.337,00
0029 - GESTÃO DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER	974.100,00
0030 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	2.601.907.907,00
0031 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL	200.499.481,00
0032 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS NO ESTADO DO AMAPÁ	464.000,00
0033 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	10.681.507,00
0034 - GESTÃO INTEGRADA DE MOBILIDADE URBANA	66.879.105,00
0035 - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	6.379.000,00
0036 - PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	16.910.779,00
0037 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME	68.368.341,00
0038 - CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	48.775.172,00
0039 - CONTROLE INTERNO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	4.178.755,00
0040 - GESTÃO ESTRATÉGICA	2.594.477,00
0041 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ	1.420.496,00



GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

0042 - GOVERNO COMUNICA	42.519.736,00
0043 - GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	3.159.391.706,00
0044 - GESTÃO DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO	17.749.607,00
0045 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA RECEITA	40.615.209,00
0046 - FORTALECIMENTO E GESTÃO DA POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA	590.372.278,00
0048 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL	31.635.366,00
0049 - AMAPÁ TERRA LEGAL	7.358.673,00
0061 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	2.178.601.489,00
0062 - AMAPÁ JOVEM	520.000,00
0063 - AMAPÁ INDÍGENA	520.000,00
0064 - AMAPÁ AFRO	520.000,00
0065 - GARANTIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	439.668,00
0066 - SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	20.513.135,00